

**Linhares Geração S/A**

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2015**

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º  
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888  
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400  
Fax 55 (21) 3515-9000  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Linhares Geração S/A.  
Rio de Janeiro RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Linhares Geração S/A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhares Geração S/A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior***

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 11 de março de 2015, que não conteve modificação.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Vânia Andrade de Souza  
Contadora CRC RJ-057497/O-2



# Linhares Geração S.A.

## Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

*(Em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>Operações continuadas</b>			
Receita Líquida	15	300.686	345.393
Custos dos serviços prestados	16	(241.377)	(263.546)
<b>Lucro bruto</b>		<u>59.309</u>	<u>81.847</u>
Despesas gerais e administrativas		(5.517)	(3.692)
Outras receitas		-	5.544
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<u>53.793</u>	<u>83.699</u>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Despesas financeiras, líquidas	17	(38.383)	(29.439)
<b>Lucro antes do imposto de renda e a contribuição social</b>		15.409	54.260
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	14.c	(4.922)	(12.672)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>10.487</u>	<u>41.588</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# **Linhares Geração S.A.**

## **Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

*(Em milhares de reais)*

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Resultado do exercício	10.487	41.588
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>10.487</u>	<u>41.588</u>

**As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras**

# Linhares Geração S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			<u>Reserva de lucros</u>				
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Subvenção para incentivos fiscais	Lucros Acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	110.558	10.600	1.345	10.358	4.575	-	137.436
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	41.588	41.588
Pagamento de Retenção de lucros	-	-	-	(9.763)	-	-	(9.763)
Destinação do resultado:							
Constituição de reservas	-	-	1.775	18.723	6.090	(26.588)	-
Dividendos intercalares pagos	-	-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	110.558	10.600	3.120	19.318	10.665	-	154.261
Pagamento de Retenção de lucros	-	-	-	(9.000)	-	-	(9.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.487	10.487
Destinação do resultado:							
Constituição de reservas	-	-	519	7.402	98	(8.019)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(2.467)	(2.467)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>110.558</u>	<u>10.600</u>	<u>3.639</u>	<u>17.720</u>	<u>10.763</u>	<u>-</u>	<u>153.281</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

# Linhares Geração S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<u>15.409</u>	<u>54.260</u>
<b>Ajustes</b>		
Depreciação e amortização	12.314	11.536
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.548	4.575
Juros sobre financiamentos e debêntures	<u>39.806</u>	<u>29.957</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Clientes	6.742	(20.166)
Titulos e Valores Mobiliários	13.143	18.227
Estoque	(21.145)	(17.856)
Outros créditos	(6.608)	1.983
Fornecedores	(7.875)	18.422
Tributos e contribuições sociais a recolher	1.668	(4.554)
Outros passivos	<u>1.940</u>	<u>3.270</u>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	59.943	99.654
Juros pagos das debêntures	<u>(16.198)</u>	<u>(16.037)</u>
<b>Caixa líquido provenientes das atividades operacionais</b>	<u>43.745</u>	<u>83.617</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(16.750)	(9.088)
Baixa de bens do ativo imobilizado e do intangível	<u>1.588</u>	<u>4.437</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<u>(15.162)</u>	<u>(4.651)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de dividendos	(9.000)	(24.763)
Dividendos intercalares	-	(40.000)
Amortização de dívidas	<u>(15.992)</u>	<u>(12.904)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<u>(24.992)</u>	<u>(77.667)</u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>3.591</u>	<u>1.299</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<u>1.304</u>	<u>5</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<u><u>4.895</u></u>	<u><u>1.304</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

## **Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Informações gerais**

A Linhares Geração S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade anônima de capital fechado com sede em Linhares, no estado do Espírito Santo. Seu controlador integral é a Linhares Brasil Energia Participações S.A., que por sua vez tem como controlador o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (FIP).

A Sociedade foi constituída em 24 de outubro de 2008, com o propósito de implantar a Unidade Termoeletrica (UTE) no município de Linhares. O projeto compreende a implantação e operação de uma usina termelétrica movida a gás natural com capacidade instalada de 204 MW. A Sociedade obteve a licença de operação em 13 de dezembro de 2010, cujo fornecimento de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (SIN) iniciou em janeiro de 2011.

Em 4 de março de 2009, a Portaria MME nº 103 autorizou a Sociedade a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica.

A Sociedade possui 30 contratos de venda de energia por disponibilidade firmados junto a distribuidoras de energia, que garantem à Sociedade receita anual fixa de, aproximadamente, R\$ 57.420 durante o período de 2012 a 2025. Os bens da Sociedade não serão reversíveis no final do prazo de autorização.

A Sociedade goza de incentivos fiscais no Estado do Espírito Santo, dentre eles o diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado e para as compras do gás, quando adquiridos internamente no Estado, reduzindo a carga tributária efetiva, conforme cláusula 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 152/2009. No âmbito municipal, houve o acordo com a Prefeitura de Linhares, reduzindo em 50% da alíquota do ISS sobre os serviços prestados à Sociedade na UTE durante a fase de construção.

A Sociedade, através do Ato Declaratório 134 de 27 de outubro de 2009, expedido pela Receita Federal do Brasil em 2 de dezembro de 2008, foi habilitada ao REIDI (Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007), usufruindo da isenção do PIS e COFINS na forma da legislação em vigor.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 01 de março de 2016.

### **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

## **2.1 Base de preparação**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

## **2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## **2.3 Instrumentos financeiros**

### **2.3.1 *Classificação e mensuração***

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

### **2.3.2 *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado***

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

### **2.3.3 *Empréstimos e recebíveis***

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem o contas a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

### **2.3.4 *Valor justo***

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

## **2.4 Clientes**

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e comercialização de energia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda, se necessária.

## **2.5 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 13).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

## **2.6 Imobilizado**

Terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta, compreendem o custo de construção da usina termelétrica.

O imobilizado da usina termelétrica é depreciado considerando a vida útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente.

## **2.7 Intangível**

Compreendem os gastos incorridos com indenizações pagas pela Sociedade pelo direito de uso de passagem de linha de transmissão (servidões), conforme determina a Resolução ANEEL nº 367 de 2009 e 474 de 2012 e software para os equipamentos de informática cuja amortização é de 20% ao ano.

## **2.8 Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente para qual não identificamos indícios de *impairment*.

## **2.9 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

## **2.10 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

## **2.11 Demais ativos e passivos**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

## **2.12 Debêntures**

As debêntures foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de captação, que representa seu valor justo no reconhecimento inicial. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

## **2.13 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

## **2.14 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos aos acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

## **2.15 Novas Normas e Interpretação ainda não adotada**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- **IFRS 9** - Instrumentos financeiros
- **IFRS 15** - Receita de contratos de clientes
- **Modificações à IAS 16 e IAS 41** - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola
- **Modificações à IAS 16 e IAS 38** - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização
- **Modificações às IFRS** - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014
- **Modificações à IAS 1** - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração não espera que estas novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

## **2.16 Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor presente na prestação de serviço de disponibilidade e geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência. A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado).

## **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### **a. Perda (Impairment) estimada de ativos não financeiros**

Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade analisou e não identificou indicativo de “impairment”.

## 4 Gestão de risco financeiro

### 4.1 Fatores de risco financeiro

**a. Risco de crédito**

A Sociedade vendeu no Leilão 2007/2 a totalidade de sua energia, garantida sob o Regime Regulatório, desta forma acreditamos não haver risco no recebimento dos créditos advindo destes contratos.

**b. Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Sociedade, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os vencimentos das debentures, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

**Vencimentos**

2016	17.628
2017	17.927
2018	19.249
2019	21.337
2020	22.440
2021 em diante	<u>136.585</u>
	<u><u>235.166</u></u>

**c. Risco de taxas de juros**

A Sociedade não está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira, visto que a taxa de juros é pré-fixada e o indexador é o mesmo da receita (IPCA).

**d. Valorização dos instrumentos financeiros**

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e debêntures.

Os valores registrados no ativo têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2015 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e/ou avaliação:

**i. Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores**

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

**ii. Debêntures**

As debêntures foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidas dos custos de transação. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

**iii. Instrumentos financeiros derivativos**

A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos.

## **4.2 Gestão de capital**

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Sociedade monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de financiamentos assinados. O nível de endividamento da Sociedade é medido pelo montante total de dívida de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser assim sumarizados:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	<u>293.977</u>	<u>290.283</u>
Total do patrimônio líquido	<u>153.280</u>	<u>154.261</u>
Índice de alavancagem financeira	1,92	1,88

### 4.3 Instrumentos financeiros por categoria

		<b>2015</b>	
	<b>Recebíveis</b>	<b>Mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Total</b>
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	4.895		4.895
Títulos e valores mobiliários		19.606	19.606
Cientes	38.667		38.667
	<u>43.562</u>	<u>19.606</u>	<u>63.168</u>
		<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Total</b>
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Fornecedores		22.565	22.565
Debentures		235.166	235.166
		<u>257.731</u>	<u>257.731</u>
		<b>2014</b>	
	<b>Recebíveis</b>	<b>Mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Total</b>
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	182		182
Títulos e Valores Mobiliários		33.871	33.871
Cientes	45.409		45.409
	<u>45.590</u>	<u>33.871</u>	<u>79.462</u>
		<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Total</b>
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Fornecedores		30.440	30.440
Debentures		227.550	227.550
		<u>257.990</u>	<u>257.990</u>

### 4.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

### **Hierarquia do valor justo**

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

### **4.5 Análise de sensibilidade**

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Cia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2015.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %	Aplicações financeiras	24.476	11,54% 2.825	15,38% 3.764	19,23% 4.707
IPCA	Debêntures	(17.628)	8,03% (1.416)	10,71% (1.888)	13,39% (2.360)

## **5 Títulos e valores mobiliários**

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Certificados de depósitos bancários (*)	<u>19.606</u>	<u>33.871</u>
	<u>19.606</u>	<u>33.871</u>

(\*) As aplicações financeiras são mantidas com bancos de primeira linha, possuem liquidez diária e possuem rentabilidades indexadas ao CDI.

Estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 6 Clientes

Engloba a receita de disponibilidade e geração de energia até 31 de dezembro de 2014 e de 2015, contabilizada com base no regime de competência.

	31/12/2015	31/12/2014
AES Sul - Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	7.863	9.482
Ampla Energia Serviços S/A	863	1.013
Bandeirante Energia S.A.	917	1.219
CELESC Distribuição S.A.	1.492	1.751
CELG Distribuição S.A.	1.104	1.296
CEMIG Distribuição S.A.	2.257	2.683
Companhia Energética de Pernambuco - CELP	863	1.013
Companhia Energética do Maranhão - CEMAR	600	705
Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica – CEEE	1.656	2.001
Companhia Paulista de Força e Luz	1.923	2.475
COPEL Distribuição S.A.	3.916	4.649
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	2.400	2.853
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	5.059	5.946
Espirito Santo Centrais Elétricas S/A	752	883
Piratinga de Força e Luz S/A - CPFL	932	1.095
Rio Grande Energia S/A	858	1.001
Companhia Energética do Maranhão	487	568
Companhia Energética do Piauí	314	66
Companhia Energética do Pará	378	441
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	321	374
Energia Mato Grosso do Sul – Distrib de Energia S/A	264	308
Outros	3.448	3.587
	<u>38.667</u>	<u>45.409</u>

## 7 Tributos a recuperar

	31/12/2015	31/12/2014
Antecipação de IRPJ		
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	515	325
Crédito de PIS e COFINS sobre ativo imobilizado (a)	-	1.901
Crédito de PIS e COFINS sobre compra de matéria-prima (b)	1.462	49
Outros	1.187	332
	<u>3.164</u>	<u>2.607</u>

### a. Crédito de PIS e COFINS sobre ativo imobilizado

A Sociedade manteve o controle dos créditos a recuperar de PIS e COFINS sobre bens adquiridos e serviços tomados para a construção da usina térmica. A compensação dos créditos de PIS e COFINS sobre compra de ativo imobilizado teve o prazo de 24 meses, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

### b. Crédito de PIS e COFINS sobre matéria-prima.

A Sociedade controla os créditos a recuperar de PIS e COFINS que foram calculados sobre os custos utilizados diretamente na operação e manutenção da usina termelétrica, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

## 8 Estoques

Corresponde a itens para a manutenção e conservação das máquinas e equipamentos da Sociedade.

## 9 Imobilizado

<i>Em milhares de Reais</i>	Terrenos	Edificações	Maquinas e equipamentos	Moveis e utensilios	Veículos	Outros	Total
Custo							
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2014</b>	400	81.992	280.820	883	506	2.456	367.057
Adições	-	1.631	789	1.029	574	5.065	9.088
Reclassificação de ativo diferido	-	-	8.318	-	-	-	8.318
Transferência	-	-	644	(483)	-	-	161
Alienações	-	-	-	-	-	(4.437)	(4.437)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>400</b>	<b>83.623</b>	<b>290.571</b>	<b>1.429</b>	<b>1.080</b>	<b>3.084</b>	<b>380.187</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2015	400	83.623	290.571	1.429	1.080	3.084	380.187
Adições	-	625	5.139	1.536	315	9.133	16.748
Reclassificação	-	(2.223)	514	(49)	1	(3.653)	(5.410)
Alienações	-	-	-	-	-	(1.588)	(1.588)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2015</b>	<b>400</b>	<b>82.025</b>	<b>296.224</b>	<b>2.916</b>	<b>1.396</b>	<b>6.976</b>	<b>389.937</b>
							<i>Depreciação acumulada</i>
<i>Em milhares de Reais</i>	Terrenos	Edificações	Maquinas e equipamentos	Moveis e utensilios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	-	7.231	25.847	247	60	74	33.459
Reclassificação	-	-	1.291	-	-	(241)	1.050
Depreciação	-	2.534	8.533	159	123	167	11.516
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>-</b>	<b>9.765</b>	<b>35.671</b>	<b>406</b>	<b>183</b>	<b>0</b>	<b>46.025</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2015	-	9.765	35.671	406	183	-	46.025
Reclassificação	-	(6)	(1.068)	(172)	(12)	-	(1.258)
Depreciação	-	2.487	9.300	211	237	-	12.235
<b>Saldo em 31 de dezembro 2015</b>	<b>-</b>	<b>12.246</b>	<b>43.903</b>	<b>445</b>	<b>408</b>	<b>-</b>	<b>57.002</b>
Valor contábil líquido							
Em 1º de janeiro de 2014	400	74.761	254.973	636	446	2.382	333.598
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>400</b>	<b>73.858</b>	<b>254.900</b>	<b>1.023</b>	<b>897</b>	<b>3.084</b>	<b>334.162</b>
Em 31 de dezembro 2015	400	69.779	252.321	2.471	988	6.977	332.935

## 10 Intangível

Refere-se a servidões negociadas para instalação da UTE Linhares. A amortização é limitada ao prazo de concessão.

## 11 Fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
Espirito Santo Centrais Elétrica S/A	553	895
Capital e Comercializadora Ltda.	-	27
Cosan Combustível e Lubrificantes S.A.	350	581
Weg Equipamentos Elétricos S.A.	826	-
Wartsila Brasil	996	
Petrobras Distribuidora S.A.	16.696	22.060
Marine Power Serviços e Reparos Navais Ltda	420	700
Soenergy Internacional Inc	295	2.699
Outros	2.429	3.478
	<u>22.565</u>	<u>30.440</u>

## 12 Debêntures

Em novembro de 2012, a Sociedade fez a emissão de debentures não conversíveis em ações no montante de 220.000, atualizadas pelo IPCA mais remuneração de 7,25% ao ano.

	Vencimento	Quantidade	Valor nominal	Total
1ª série	16.02.2024	511	100	54.623
2ª série	16.05.2024	522	100	55.798
3ª série	16.08.2024	538	100	57.509
4ª série	16.11.2024	629	100	67.236
		<u>2.200</u>		<u>235.166</u>

### a. Juros sobre as debêntures

	Taxa anual de juros a.a.	Total 2014	Amortizações	Despesa financeira	Total
	7,25% + IPCA	227.550	32.190	39.806	<u>235.166</u>
Circulante					17.628
Não circulante					217.538

*As parcelas do longo prazo são conforme detalhado abaixo:*

#### Vencimentos

2017	17927
2018	19.249
2019	21.337
2020	22.440
2021 em diante	<u>136.585</u>
	<u>217.538</u>

### 13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, da base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

#### a. Composição do imposto de renda e contribuição social ativos diferidos

	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízos fiscais de imposto de renda	878	1.951
Bases negativas de contribuição social	324	703
	1.202	2.654

#### b. Composição do imposto de renda e contribuição social passivos diferidos

	31/12/2015	31/12/2014
Depreciação do ativo imobilizado	23.013	18.299

#### c. Efeitos no resultado:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.409	54.604
(-) RTT	0	120
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.409	54.724
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	5.239	18.606
Bônus e gratificações	24	147
Outros	-243	9
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa	5.020	18.762
Lucro de exploração	-98	-6.090
Imposto de renda e contribuição social no resultado	4.922	12.672

### 14 Patrimônio líquido

O capital social da Sociedade em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 110.558, representada por 11.412.628 ações ordinárias nominativas, intergalealmente controlada pela Linhares Brasil Energia Participações S/A.

**a. Destinação do resultado**

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

Conforme definido pelo estatuto social da Sociedade, qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios deverá ser autorizado pelos detentores das debêntures.

**b. Reserva de capital**

A reserva de capital refere-se ao ágio na emissão de 400.000 ações ordinárias no exercício de 2009.

**c. Reserva legal e de retenção de lucros**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedade por Ações.

**d. Dividendos propostos**

Os dividendos foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a pela legislação societária brasileira, como segue:

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>Lucro Líquido considerado como base de calculo dos dividendos</b>	10.389	35.498
Constituição da Reserva legal	(519)	(1.775)
Base de calculo dos dividendos	<u>9.869</u>	<u>33.723</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	2.467	8.431
Distribuição proposta		
Dividendos intercalares	-	15.000

## 15 Receita líquida

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Disponibilização de energia (Receita fixa)	69.431	64.783
Comercialização de energia (Receita variável)	253.133	306.212
Outras receitas (a)	12.122	13.375
	334.686	384.370
Impostos sobre serviços	(31.010)	(35.551)
Encargos do consumidor	(2.990)	(3.426)
	300.686	345.393

- (a) Receitas oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica - MCP, originadas pelo saldo positivo do balanço energético da companhia, contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Camara de Comercialização de Energia Elétrica.

## 16 Custos dos serviços prestados

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Pessoal	16.465	6.922
Administradores	1.208	1.159
Material	15.929	10.914
Serviços de terceiros	21.105	21.507
Taxa de fiscalização	468	384
Depreciação	11.636	11.376
Aluguéis	222	315
Compra de Gás e Energia	173.026	209.474
Outros	1.317	1.495
	241.377	263.546

## 17 Despesas financeiras, líquidas

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Despesas financeiras		
Juros das debêntures emitidas	(39.806)	(29.957)
Comissão sobre fiança	(126)	(532)
Outras	(1.064)	(1.798)
	(40.996)	(32.287)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação	2.503	2.842
Outras	110	6
	2.613	2.848
Resultado financeiro líquido	(38.383)	(29.439)

## 18 Honorários dos administradores

O total pago, no exercício de 2015, referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Sociedade foi de R\$ 1.208 (R\$ 1.159 em 2014).

## 19 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Sociedade em função do risco de perda, baseada na posição de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

**I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável**

São constituídas provisões.

**II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível**

As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.

**III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto**

Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não apresentava causas com previsão de perda provável e por isso nenhuma provisão para contingências foi registrada.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade possuía as seguintes causas possíveis relacionadas a dois autos de infração:

- a. Auto de infração da Prefeitura Municipal de Linhares referente a não retenção de ISS sobre os contratos de prestações de serviços, no montante de R\$ 3.312. A Sociedade entende que vem cumprindo com todas as obrigações oriundas de retenção sobre o serviço e apresentou impugnação do respectivo auto de infração, informando as medidas que foram ou vêm sendo tomadas. Portanto em 31 de dezembro de 2015 não foi registrada provisão para contingências decorrente dessa autuação.
- b. Auto de infração da Construtora Sucesso S/A nas questões da prestação de serviço para Linhares Geração S/A, esto incluído a redução da alíquota dos tributos, bônus de desempenho, serviços extras, custas processuais e honorários de sucumbência totalizando R\$ 2.592. A Sociedade entende que as condições estabelecidas do contrato de prestação de serviço foram atendidas. Portanto em 31 de dezembro de 2015 não foi registrada provisão para contingências decorrentes dessa autuação.

## 20 Seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros era composta de riscos operacionais (máquinas e móveis e utensílios) no valor R\$ 216.000 e de R\$ 589 para seguro de veículos.

\* \* \*

Marcelo Pedreira de Oliveira  
Diretor Presidente

Francisco Vicente Santana Silva Telles  
Contador  
CRC/RJ 09.850/o-0